



EDITAL

CREDENCIAMENTO – Nº 001/2026 - FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 255/2026

DATA DE ABERTURA – 13/03/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, torna público, aos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com vistas ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO**, conforme condições, quantidades, requisitos técnicos e forma de execução descritos no Termo de Referência (ANEXO I).

Tal Credenciamento está autorizado conforme consta nos autos do Processo Administrativo e obedecerá às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, **subordinando-se à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021**, às normas aplicáveis ao credenciamento, bem como às demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ELETRÔNICO)

DATA: a partir de **13/03/2026**, até o término de sua vigência, que será de **02 (dois) anos**, podendo ser prorrogado conforme interesse público e legislação aplicável.

LOCAL/MEIO: exclusivamente por meio eletrônico, no portal: **<https://www.licitanet.com.br/>**

SUORTE/ESCLARECIMENTOS: pelo e-mail: **licitasantarita@gmail.com** e/ou telefone **(63) 99240-1216** (horário administrativo).

Os interessados poderão apresentar a documentação **a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento**, desde que atendidas integralmente as exigências previstas no item 5 deste Edital e no Termo de Referência (ANEXO I).

No período indicado acima, serão realizados os seguintes procedimentos:

1. Recebimento eletrônico da documentação de habilitação;
2. Análise e julgamento da habilitação, por ordem de protocolo/registro no sistema;
3. Divulgação do resultado;
4. Fase recursal;
5. Homologação;
6. Convocação para assinatura do instrumento contratual.

As decisões do Agente de Contratação/Comissão de Contratação serão comunicadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e, quando necessário, por e-mail oficial indicado pelo participante.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A)**,



NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

1.2. A execução dos serviços está condicionada ao **credenciamento devidamente homologado**, ao **cadastro do credenciado** junto à Administração e, posteriormente, à **celebração do Instrumento Contratual**, observado o Termo de Referência (ANEXO I).

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O procedimento será realizado **exclusivamente em meio eletrônico**, por meio do portal **LICITANET** (<https://www.licitanet.com.br/>), com envio/registro de documentos conforme funcionalidades do sistema, sendo responsabilidade do interessado:

- possuir cadastro ativo na plataforma;
- anexar a documentação exigida nos campos apropriados;
- garantir legibilidade, completude e validade dos documentos enviados;
- acompanhar o andamento, comunicações e publicações dentro do sistema.

2.2. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentação:

- incompleta, ilegível, com rasuras que comprometam a confiabilidade;
- vencida, inválida ou incompatível com o exigido;
- em desacordo com os requisitos de habilitação e qualificação definidos neste Edital e no Termo de Referência.

2.3. O presente Edital tem por finalidade formar cadastro de prestadores habilitados para a execução dos serviços de EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), de acordo com demanda efetiva, sem garantia de contratação imediata de todos os credenciados.

2.4. A contratação decorrente deste credenciamento enquadra-se, em regra, como hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do **art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, quando:

- houver interesse da Administração em credenciar todos os que atendam aos requisitos;
- existir preço previamente definido (tabela/valor referencial) no Termo de Referência;
- não houver viabilidade de competição por seleção clássica, por se tratar de chamamento a todos os aptos, com condições uniformes.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento as pessoas físicas ou pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

3.2. Os participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos.

3.3. É vedado participar do presente Credenciamento as empresas:

- a) Em processo de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;



- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos moldes do Art. 14, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Que pertençam a servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo procedimento de credenciamento;
- e) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste credenciamento;
- f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País.

3.4. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa participante. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente, com o consequente descredenciamento.

3.5. A participação neste procedimento de credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1. A documentação será apresentada exclusivamente no sistema LICITANET, anexada em formato digital (PDF preferencialmente), contendo:

- identificação do interessado;
- indicação clara do item/serviço ao qual pretende credenciar;
- anexação dos documentos na sequência lógica do item 5, evitando duplicidades.

4.2. Os documentos enviados devem observar:

- boa resolução e legibilidade;
- arquivos sem senha/bloqueio;
- validade dentro do prazo;
- correspondência do documento ao titular (CPF/CNPJ) cadastrado.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original digital (quando emitidos eletronicamente), ou por qualquer processo de cópia digitalizada, desde que legível e íntegra e/ou, documentos com verificação por QR Code/validador serão conferidos nos sites oficiais.

5.1.1. Na hipótese de documentos sem prazo expresso, recomenda-se emissão recente; a Administração poderá adotar regra de aceitabilidade conforme prática administrativa e segurança jurídica.



5.2. DA PESSOA FÍSICA

5.2.1. Para fins de participação neste procedimento de credenciamento, as pessoas físicas deverão apresentar as seguintes documentações:

- a) Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida;
- b) Diploma de graduação em curso superior compatível com a área de atuação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar;
- c) Registro ativo no Conselho Profissional competente, correspondente à profissão exercida, ou certidão expedida pelo respectivo conselho que comprove a regularidade do registro;
- d) Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional, emitida pelo Conselho de Classe competente, dentro do prazo de validade;
- e) Título de Especialização (se tiver);
- f) Curriculum Vitae atualizado;
- g) Comprovante de endereço atualizado;
- h) Documento de inscrição no PIS, PASEP ou NIT, conforme o caso;
- i) Dados bancários de titularidade do profissional, para fins de pagamento;
- j) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades a serem desempenhadas;
- k) Certidão negativa de antecedentes éticos ou certidão negativa de processo ético-disciplinar, emitida pelo Conselho Profissional competente, quando exigida pela regulamentação da categoria.

5.2.2. DA PESSOA JURÍDICA

5.2.2.1. Para fins de participação neste procedimento de credenciamento, as pessoas jurídicas deverão apresentar as seguintes documentações:

- a). **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

i) Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

5.3. REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA (PESSOA JURÍDICA E FÍSICA)

5.3.1. Os interessados deverão apresentar a **documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA. **(Somente pessoa jurídica).**

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. **(Somente pessoa jurídica).**

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade. **(Somente pessoa jurídica).**

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

h) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. **(Somente pessoa jurídica).**



5.3.1.1. Caso o prestador de serviços seja legalmente isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente de sua sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

5.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (PESSOA JURÍDICA)

5.4.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, conforme o caso consistirá em:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;

5.5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (PESSOA JURÍDICA E FÍSICA)

5.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os interessados deverão demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatíveis com o objeto do credenciamento, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, observado o disposto neste item.

5.5.2. O **Atestado de Capacidade Técnica**, deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado já executou ou executa serviços compatíveis com o objeto e com as vagas ou especialidades para as quais pretende se credenciar. (**Pessoa física e pessoa jurídica**).

5.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a)** identificação do contratante emissor;
- b)** descrição dos serviços efetivamente prestados;
- c)** unidade de medida e quantitativos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- d)** período de execução dos serviços.

5.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida a assinatura digital, desde que constem no documento telefone e/ou endereço eletrônico que possibilitem a verificação de sua autenticidade.

5.5.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover **diligências** para a comprovação da veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), inclusive mediante solicitação de contratos, notas fiscais ou outros documentos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.

5.5.6. Constatada a inexistência, incompatibilidade ou insuficiência da execução dos serviços declarados, a documentação será encaminhada à Assessoria Jurídica para adoção das providências administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

5.5.7. A comprovação do **vínculo dos profissionais indicados com a pessoa jurídica** poderá ser realizada por qualquer dos seguintes meios, conforme o caso:

- a)** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;



- b) Certidão ou registro emitido pelo Conselho Profissional competente;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo de compromisso firmado pelo profissional, declarando sua vinculação à execução dos serviços, em caso de credenciamento da empresa.

5.6. DAS DECLARAÇÕES (PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA)

5.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual o interessado assume integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de credenciamento. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à contratação, de que não foi declarado inidôneo, não se encontra impedido ou suspenso de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO, bem como de que se compromete a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos supervenientes que venham a alterar essa condição. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício, afirmando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma autônoma, sem geração de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.5. Declaração de disponibilidade para prestação dos serviços, afirmando possuir condições e disponibilidade para atender às demandas, escalas, cronogramas, regulações e convocações definidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

6. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante apresentação de nota fiscal (PJ) ou documento equivalente/recibo (PF), conforme o enquadramento do credenciado, após o atesto do fiscal do contrato e a comprovação da execução dos serviços (relatório e entregas) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

6.2. O valor a ser pago por período será de:

Educador Físico	R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)
Fisioterapeuta	R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Psicólogo (a)	R\$ 3.000,00 (três mil reais)

6.3. As despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, devendo constar no processo:

Dotação Orçamentária	07.19.08.122.0086.2.010	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS
-----------------------------	--------------------------------	--------------------------------------



Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.0000.000000	Impostos não vinculados
Ficha	255	

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1. A Comissão de Licitação, à medida que as documentações forem sendo protocoladas terá um prazo de até 08 (oito) dias úteis, para realizar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo interessado, a qual visará ao atendimento das condições estabelecidas nos termos deste Edital e da legislação que disciplina a matéria;

7.1.1. A análise dos documentos e a habilitação dos interessados dar-se-ão por ordem de protocolo, desde que sejam apresentados o Requerimento de Participação no Credenciamento (Anexo II), as declarações e toda a documentação elencada neste Edital;

7.2. Será considerado habilitado o interessado que cumprir todas as exigências editalícias;

7.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete ao conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça o seu entendimento;

7.4. Será considerado inabilitado o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade(s) expirado(s);

7.5. Os interessados cujo credenciamento for indeferido poderá ingressar a qualquer momento com novos documentos, desde que corrigidos os motivos que deram causa a sua inabilitação;

7.6. A decisão que inabilitar o participante será publicada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, ou, ainda, por intermédio de Ofício ao interessado.

8. DOS RECURSOS

8.1. Das decisões do Agente de Contratação caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do resultado do julgamento da habilitação;

8.2. Havendo interposição de recurso, os demais interessados ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.3. Os memoriais e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidos a Agente de Contratação no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com;

8.4. Interposto o recurso a Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo



de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

8.5. Havendo interposição de recurso, e não ocorrendo a reconsideração da Agente de Contratação, este instruirá os autos e os encaminhará à autoridade competente para conhecimento e decisão final;

8.6. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão abrirá vista de todo o processo aos interessados, facultada a extração de cópia, às expensas do solicitante;

8.7. Decorrido o prazo recursal, ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, será homologada pela Autoridade competente.

9. DO CONTRATO

9.1. O Credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Convocação para sua assinatura;

9.3. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento, sem prejuízo para o município de Santa Rita do Tocantins/TO;

9.4. O Contrato terá vigência de 01 (um) ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura.

9.5. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Não obstante o Credenciado ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Credenciante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do Gestor e Fiscal ora designados;

10.2. Para a fiscalização do contrato a ser firmado a Secretária Municipal de Assistência Social, designará por meio de ato formal um servidor.

10.3. No exercício da fiscalização dos serviços, caberá à Credenciante, por meio do Fiscal do contrato:

a) Verificar a regularidade profissional do credenciado, mediante conferência da documentação exigida no edital e no termo contratual, especialmente quanto à habilitação e vinculação à execução dos serviços;



- b) Atestar a execução dos serviços efetivamente prestados em cada período, observando o cumprimento integral das obrigações pactuadas, bem como registrar eventuais não conformidades ou serviços não executados, para fins de glosa, quando cabível;
- c) Comunicar formalmente ao credenciado o resultado da fiscalização e da avaliação técnica realizada, inclusive quanto a eventuais ajustes, correções ou complementações necessárias.

10.4. Constatada pela fiscalização a inobservância das determinações administrativas ou a execução irregular dos serviços contratados, a Credenciante poderá conceder prazo razoável para saneamento das inconformidades e, persistindo a irregularidade, determinar a suspensão da execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

10.5. O Fiscal do contrato deverá comunicar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o encerramento do período de execução ou da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas às providências administrativas necessárias à eventual renovação, prorrogação ou encerramento definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, as obrigações dos contratados estão elencadas no Termo de Referência (Anexo I) e no Instrumento Contratual, conforme Minuta de Contrato deste Edital.

12. DO DESCRENCIAMENTO

12.1. Ao processo de descredenciamento aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. Ocorrerá o descredenciamento a pedido do Credenciado, quando comprovar que está impossibilitada de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior ou por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, quando houver descumprimento contratual;

12.3. O credenciado que desejar se descredenciar deverá solicitar mediante aviso escrito a Secretaria Municipal de Assistência Social, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A inobservância, pelo Credenciado, de cláusula ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

13.1.1. Comete infração administrativa o prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



13.1.6. não manter o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

13.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

13.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

13.1.10. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento do credenciamento.

13.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.15. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência** pela falta do subitem 13.1.13 deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Multa de 30%** (trinta por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador de serviço, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.13 e 13.1.14.

c) **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração** Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.8. deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.9 a 13.1.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.1.16. A aplicação das sanções previstas neste edital de credenciamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.1.17. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.1.18. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.1.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.1.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.1.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



13.1.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

13.1.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.1.24. as peculiaridades do caso concreto;

13.1.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.1.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.1.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.1.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.1.30. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.1.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.32. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

14. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para entrega dos documentos, qualquer pessoa, poderá impugnar este ato convocatório, que deverá ser protocolada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com;

14.2. Caberá à Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação ou pedido de esclarecimentos em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da sua Protocolização;

14.3. Acolhida a impugnação, que implica em alteração do Edital, será designada nova data para entrega da documentação;

14.4. Somente serão recebidas e conhecidas às impugnações interpostos por escrito e dentro dos respectivos prazos legais. As impugnações deverão ser dirigidas ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO;

14.5. As dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, consultas ou pedidos de esclarecimentos acerca das informações porventura existentes, deverão ser enviados a



Agente de Contratação, podendo ser feitos via e-mail: licitasantarita@gmail.com, de forma expressa, clara, concisa e objetiva, constando no corpo do texto do e-mail a identificação do solicitante que questiona as informações ou solicita esclarecimentos;

14.6. Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, <https://santaritadotocantins.to.gov.br/>;

14.7. A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes;

14.8. O presente edital terá sua publicação realizada através do Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, <https://santaritadotocantins.to.gov.br/>;

14.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os interessados ao credenciamento;

14.10. A Comissão de Licitação poderá, no interesse do município de Santa Rita do Tocantins/TO, relevar omissões puramente formais nos documentos exigidos para os credenciamentos apresentados, desde que não comprometam a lisura do processo;

14.11. As multas e outras sanções somente poderão ser relevadas pelo município de Santa Rita do Tocantins/TO, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o credenciado;

14.12. A administração reserva-se no direito de revogar total ou parcialmente o presente credenciamento, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo aos participantes o direito de indenização.

14.13. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação de acordo com o que reza a legislação afeta ao presente objeto;

14.14. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com.

15. DOS ANEXOS DO EDITAL

15.1. São partes integrantes deste Instrumento Convocatório os Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, SUSPENSÃO OU INIDONEIDADE;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO;



ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO.

Santa Rita do Tocantins/TO, 04 de março de 2026.

SILVANA BARROS AMORIM

Secretária Municipal de Assistência Social



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO.

Responsável: Silvana Barros Amorim

Telefone: (63) 99240-1216

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO PAIF, SCFV E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**, contemplando o atendimento regular de idosos e crianças, bem como o apoio psicossocial aos usuários, a prevenção do agravamento de situações de risco e a promoção de estratégias de enfrentamento, em consonância com os princípios do **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A realização do credenciamento de profissionais para atuação junto à Secretaria Municipal de Assistência Social justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços socioassistenciais, especialmente aqueles desenvolvidos no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com destaque para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O SCFV constitui-se como serviço essencial da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelecido pela Resolução CNAS nº 01/2013, que dispõe sobre as Orientações Técnicas do referido serviço, tendo como finalidade o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, a prevenção de situações de risco social e o desenvolvimento de potencialidades dos usuários, respeitando as diversidades e os ciclos de vida.

Considerando a natureza contínua e permanente das ações socioassistenciais, bem como a demanda variável de atendimentos decorrente das vulnerabilidades sociais identificadas no território, faz-se necessário o credenciamento de profissionais habilitados, tais como educador físico, fisioterapeuta e psicólogo, de modo a possibilitar atendimento interdisciplinar, qualificado e adequado às especificidades do público atendido.

O credenciamento apresenta-se como a forma mais adequada de contratação, pois permite maior flexibilidade administrativa, atendimento conforme a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social e ampliação da capacidade de resposta da política pública, sem prejuízo à legalidade, à economicidade e à eficiência da gestão.

Dessa forma, estima-se o credenciamento de 01 (um) profissional por área, conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo a execução das atividades previstas, o cumprimento das normativas do SUAS e a efetivação do direito à proteção social básica no município.



3. DA PLANILHA DE VAGAS VALORES/CARGA HORÁRIA

3.1. Para fins de execução do objeto, adota-se a seguinte previsão:

ORDE M	CARGO	UND	VAGA S	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	BASE LEGAL
3.1	Prestação de Serviços de Educador Físico	Mês	01	30 horas/semanais	R\$: 2.550,00	Lei Municipal N° 572/2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$: 30.600,00	
ORDE M	CARGO	UND	VAGA S	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	BASE LEGAL
3.1	Prestação de Serviços de Fisioterapeuta	Mês	01	30 horas/semanais	R\$: 3.000,00	Lei Municipal N° 572/2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$: 36.000,00	
ORDE M	CARGO	UND	VAGA S	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	BASE LEGAL
3.1	Prestação de Serviços de Psicólogo	Mês	01	30 horas/semanais	R\$: 3.000,00	Lei Municipal N° 572/2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$: 36.000,00	

3.2. A carga horária indicada constitui estimativa operacional para cumprimento dos serviços, caracterizando prestação contínua, vínculo mensal, sendo aplicada durante os meses de execução efetiva definidos.

3.3. Considerando a remuneração de cada serviço por mês de execução, e a previsão de 12 (doze) meses de prestação efetiva, o valor total estimado para todo o cronograma (2026–2027) corresponde à **R\$: 102.600,00 (cento e dois mil e seiscentos reais)**;

3.3.1. Educador Físico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e remuneração mensal de **R\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais)**, perfazendo o valor total estimado de **R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais)**;

3.3.2. Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e remuneração mensal de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, totalizando o valor estimado de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.

3.3.3. Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e remuneração mensal de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, resultando no valor total estimado de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços está condicionada ao credenciamento homologado e à formalização do instrumento contratual/ordem de execução, conforme as regras do credenciamento.



4.2. O local de execução dos serviços será preferencialmente nas dependências das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.3. Os serviços serão prestados **exclusivamente** nos períodos indicados no item 3.3, **sob demanda**, de acordo com o fluxo de serviços.

4.4. A prestação dos serviços deverá observar as normas éticas da profissão, o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais, as diretrizes da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como os princípios e normativas aplicáveis ao SUAS, ao PAIF, ao SCFV e à Proteção Social Especial, conforme o caso.

4.6. Descrição dos serviços (escopo mínimo):

4.6.1. Desenvolver as atividades em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

4.6.2. Atuar exclusivamente em ações vinculadas à Proteção Social Básica, respeitando as normativas do CRAS.

4.6.3. Os profissionais credenciados deverão atuar em conformidade com: As diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante apresentação de nota fiscal (PJ) ou documento equivalente/recibo (PF), conforme o enquadramento do credenciado, **após o atesto** do fiscal do contrato e a comprovação da execução dos serviços (relatório e entregas) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

5.2. O valor a ser pago por período será de:

PROFISSIONAL	VALOR MENSAL
Educador Físico	R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)
Fisioterapeuta	R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Psicólogo (a)	R\$ 3.000,00 (três mil reais)

conforme fixado na **Lei Municipal nº 572/2026**.

5.3. As despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, devendo constar no processo:

Dotação Orçamentária	07.19.08.122.0086.2.010	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.0000.000000	Impostos não vinculados
Ficha	255	

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO



6.1. O presente credenciamento terá vigência de **02 (dois) anos**, contados da sua publicação, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade, mantidas as condições do edital, observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira.

6.2. O(s) instrumento(s) contratual(is) decorrente(s) do credenciamento terá(ão) vigência de **01 (um) ano** a partir de sua assinatura, admitidas prorrogações na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, quando cabíveis, mediante termo aditivo devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

6.3. O contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, com base nos motivos previstos no art. 137 e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observadas as abrangências e efeitos legais.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Executar os serviços com zelo técnico, observando padrões de qualidade, ética e sigilo.

7.2. Cumprir rigorosamente a carga horária estabelecida, bem como os dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

7.3. Planejar, executar e acompanhar as atividades socioassistenciais de acordo com os objetivos do serviço em que estiver inserido, respeitando o público atendido e suas especificidades;

7.4. Manter, durante a execução, condições de habilitação e regularidade exigidas para contratação.

7.5. Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas na execução.

7.6. Não realizar cobrança de qualquer natureza aos usuários atendidos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.1. Disponibilizar ao credenciado as orientações dos serviços que serão executados e o fluxo de análise e encaminhamento de demandas.

8.2. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento e atesto.

8.3. Coordenar, supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados pelos profissionais credenciados nas unidades socioassistenciais vinculadas à Secretaria;

8.4. Atestar a execução e providenciar o pagamento conforme item 5.

9. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



9.1. A fiscalização será exercida por servidor designado formalmente, que acompanhará a execução, conferirá relatórios e atestará as entregas.

9.2. O fiscal poderá solicitar correções, complementações e esclarecimentos técnicos, quando necessário, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

10.1. Serão de responsabilidade do credenciado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, quando aplicáveis, não havendo vínculo empregatício com a Administração.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

11.1. As exigências de habilitação observarão integralmente o Edital, incluindo verificação de impedimentos e sanções (CEIS/CNEP), habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos técnicos/profissionais:

11.2. O interessado deverá manter documentação atualizada e reapresentá-la quando solicitado pela Administração.

11.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração procederá à verificação do atendimento às condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeçam a contratação, por meio de consulta consolidada da pessoa jurídica junto ao Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União – TCU: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

11.3.1. Caso a Consulta de Situação do interessado indique a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação promoverá as diligências necessárias para apurar a eventual ocorrência de fraude ou tentativa de burla ao procedimento por parte da empresa interessada.

12. PESSOA JURÍDICA:

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa



onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.10. Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

12.2. HABILITAÇÃO (PESSOA FÍSICA)

12.2.1. Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida;

12.2.2. Diploma de graduação em curso superior compatível com a área de atuação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar;

12.2.3. Registro ativo no Conselho Profissional competente, correspondente à profissão exercida, ou certidão expedida pelo respectivo conselho que comprove a regularidade do registro;

12.2.4. Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional, emitida pelo Conselho de Classe competente, dentro do prazo de validade;

12.2.5. Título de Especialização, se houver;

12.2.6. Curriculum Vitae atualizado;

12.2.7. Comprovante de endereço atualizado;

12.2.8. Documento de inscrição no PIS, PASEP ou NIT, conforme o caso;

12.2.9. Dados bancários de titularidade do profissional, para fins de pagamento;

12.2.10. Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades a serem desempenhadas;

12.2.11. Certidão negativa de antecedentes éticos ou certidão negativa de processo ético-disciplinar, emitida pelo Conselho Profissional competente, quando exigida pela regulamentação da categoria.

12.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA. **(Somente pessoa jurídica).**



12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.8. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.9. Caso o prestador de serviços seja legalmente isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente de sua sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (PESSOA JURÍDICA)

12.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

12.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os interessados deverão demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatíveis com o objeto do credenciamento, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, observado o disposto neste item.

12.5.2. O **Atestado de Capacidade Técnica**, deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado já executou ou executa serviços



compatíveis com o objeto e com as vagas ou especialidades para as quais pretende se credenciar. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a) identificação do contratante emissor;
- b) descrição dos serviços efetivamente prestados;
- c) unidade de medida e quantitativos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- d) período de execução dos serviços.

12.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida a assinatura digital, desde que constem no documento telefone e/ou endereço eletrônico que possibilitem a verificação de sua autenticidade.

12.5.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover **diligências** para a comprovação da veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), inclusive mediante solicitação de contratos, notas fiscais ou outros documentos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.

12.5.6. Constatada a inexistência, incompatibilidade ou insuficiência da execução dos serviços declarados, a documentação será encaminhada à Assessoria Jurídica para adoção das providências administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

12.5.7. A comprovação do **vínculo dos profissionais indicados com a pessoa jurídica** poderá ser realizada por qualquer dos seguintes meios, conforme o caso:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) Certidão ou registro emitido pelo Conselho Profissional competente;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo de compromisso firmado pelo profissional, declarando sua vinculação à execução dos serviços, em caso de credenciamento da empresa.

12.6. DAS DECLARAÇÕES (PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA)

12.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual o interessado assume integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de credenciamento. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à contratação, de que não foi declarado inidôneo, não se encontra impedido ou suspenso de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO, bem como de que se compromete a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos supervenientes que venham a alterar essa condição. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**



12.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício, afirmando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma autônoma, sem geração de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.5. Declaração de disponibilidade para prestação dos serviços, afirmando possuir condições e disponibilidade para atender às demandas, escalas, cronogramas, regulações e convocações definidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

13. CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

13.1. O critério para contratação será definido no instrumento convocatório do credenciamento, recomendando-se a **ordem cronológica do protocolo** da documentação ou outro critério objetivo, preservando a isonomia.

13.2. O credenciamento **não gera obrigatoriedade de contratação**, sendo o credenciado acionado conforme necessidade efetiva da Administração, nos períodos previstos.

13.3. A prestação de serviços ocorrerá **sem vínculo empregatício**, por demanda e nos limites do termo contratual.

Santa Rita do Tocantins/TO, 04 de março de 2026.

Responsável Técnico pela elaboração do Termo de Referência:

MARISTELA GOMES MENDES

Diretora de Compras

Mat. Nº 3366

Aprovo o presente Termo de Referência:

SILVANA BARROS AMORIM

Secretária Municipal de Assistência Social

Mat. Nº 3178



ANEXO II
REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO N° XXX/2026 – FMAS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ n° _____, com endereço à _____, para fins de participação no **Credenciamento para prestação de serviços de educador físico, fisioterapeuta e psicólogo**, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, vem, respeitosamente, requerer seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços na área de:

() EDUCADOR FÍSICO - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).

() FISIOTERAPEUTA - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).

() PSICÓLOGO (A) - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).

Declara, ainda, que **conhece e aceita integralmente** todas as condições estabelecidas no **Edital de Credenciamento n° XXX/2026 – FMAS** e seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, bem como a manter, durante todo o período de vigência do credenciamento e dos instrumentos dele decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, SUSPENSÃO OU INIDONEIDADE

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMAS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, com endereço à _____, para fins de participação no **Credenciamento para prestação de serviços**, no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO.

DECLARO, sob as penas da lei, que **não existe qualquer fato impeditivo à minha contratação**, não tendo sido declarado(a) inidôneo(a), nem estando impedido(a) ou suspenso(a) de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO.

Declaro, ainda, que me comprometo a **comunicar imediatamente à Administração Pública** a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar a presente condição, durante todo o período de vigência do credenciamento e da eventual contratação.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMAS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no **processo de credenciamento promovido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO.**

DECLARO que tenho **pleno conhecimento** do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, bem como das normas legais que regem o procedimento, **aceitando integralmente todas as condições, exigências, obrigações e responsabilidades nele previstas**, comprometendo-me a cumpri-las fielmente, caso venha a ser credenciado(a).

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMAS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no processo de credenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO.

DECLARO que a eventual prestação dos serviços ocorrerá **de forma autônoma**, sem caracterização de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, personalidade, habitualidade, exclusividade ou qualquer outro elemento típico da relação de emprego, nos termos da legislação vigente.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação dos serviços ocorrerá **por demanda e por períodos específicos**, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMAS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no processo de credenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Tocantins/TO.

DECLARO que possuo **plena disponibilidade técnica, operacional e de agenda** para atender às demandas relacionadas à prestação de serviços nos períodos, cronogramas, fluxos e convocações definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Declaro, ainda, que me comprometo a atender às convocações administrativas dentro dos prazos estabelecidos, respeitando as diretrizes do Edital e do Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026 – FMAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 – FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, e a empresa _____, nas cláusulas abaixo aduzidas,

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede administrativa localizada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo(a) **Gestor(a) do Fundo Municipal XXXXXXXXX**, portador(a) do RG nº XXXXXXXXX SSP/XX e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ**: _____, estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na....., doravante designada simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Art. 79, inciso I, no Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMAS e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato decorre do procedimento de **credenciamento**, reconhecida a hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras do Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMAS

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO(A), NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.**

2.2. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Termo de Referência;
- II – o Edital e seus anexos;
- III – a documentação de habilitação do credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados, mensalmente, o valor global de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXX), dividido em **XX parcelas mensais no valor de R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXX)**, estando incluídos nesse montante todos os insumos, encargos, tributos, taxas e demais despesas necessárias à execução do objeto contratual.



3.2. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante comprovação da regular execução dos serviços e da entrega dos relatórios e demais documentos exigidos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, devendo constar no processo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dotação Orçamentária	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.0000.000000	Impostos não vinculados
Ficha	XXX	

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses a partir de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura.

5.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

5.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada as previstas no Termo de Referência e no Edital, especialmente, sigilo profissional, observância da LGPD e entrega de relatórios ao fim de cada período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Executar os serviços com zelo técnico, observando padrões de qualidade, ética e sigilo.

7.2. Cumprir os horários, escalas, cronogramas e orientações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.



7.3. Realizar as atividades técnicas correspondentes à sua especialidade profissional, em conformidade com o Termo de Referência.

7.4. Manter, durante a execução, condições de habilitação e regularidade exigidas para contratação.

7.5. Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas na execução.

7.6. Não realizar cobrança de qualquer natureza aos usuários/candidatos/beneficiários atendidos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.1. Disponibilizar ao credenciado as orientações necessárias à execução dos serviços.

8.2. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento e atesto.

8.3. Fornecer acesso às informações e documentos necessários à execução, observadas as regras de sigilo e LGPD.

8.4. Atestar a execução e providenciar o pagamento conforme item 5.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização será exercida por servidor designado formalmente, que acompanhará as entregas (pareceres e relatórios), podendo solicitar correções e esclarecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses legais, assegurados contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Santa Rita do Tocantins/TO, ____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestora do Fundo Municipal
CONTRATANTE



XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____